

Estados terminam ano com alta dos gastos e receitas em quedas

Contas públicas Resultado de 2023 dependerá de inflação e ajustes no ICMS

Estados fecham ano com gasto em alta e receita em retração

Marta Watanabe
De São Paulo

Os Estados devem fechar 2022 com arrecadação tributária em queda e com aumento nas despesas correntes puxado por gastos com pessoal, em quadro oposto ao do ano passado e que antecipa o dinamismo esperado para 2023. É o que mostram dados até o quinto bimestre de 2022.

Para 2023 a inflação deve influenciar os gastos e o desempenho das receitas está sujeito não só à esperada desaceleração da economia como também a várias definições para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

De janeiro a outubro a receita tributária (arrecadação de impostos, taxas e contribuições) somou R\$ 565,7 bilhões, com queda de 0,3% em termos reais (descontada a inflação) no agregado dos 26 Estados e Distrito Federal contra iguais meses do ano passado. O resultado reflete a redução do ICMS sobre combustíveis, energia elétrica e telecomunicações adotada no meio de 2022. Em 2021 a receita avançou 11,6%.

No lado dos gastos, as despesas correntes aumentaram este ano 6,2%. A alta foi de 0,96% em 2021. Gastos com pessoal e encargos, a mais representativa das despesas correntes dos Estados, avançaram 9,7% além da inflação até outubro. Havia caído 6,8% no mesmo período de 2021.

Os dados de receitas e despesas foram levantados pelo Valor dos relatórios fiscais de execução orçamentária entregues pelos Estados à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Consideram despesas liquidadas e receitas realizadas atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em 12 meses. Não foram incluídas despesas ou receitas intraorçamentárias.

Os números mostram uma nova tendência para as contas estaduais, diz Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da Ryo Asset. Os dados, revelam o quanto o cenário de 2023 será desafiador aos novos governadores, diz.

Ainda que os Estados consigam recuperar parte da perda de ICMS, seja via compensação, aumento de alíquota modal ou alguma recomposição do imposto cobrado sobre gasolina e álcool, avalia Leal de Barros, a receita deve ficar sujeita aos efeitos da desaceleração econômica em 2023.



Gabriel Leal de Barros: choques positivos à arrecadação ficaram para trás

...mia, foram cíclicos, temporários e ficaram para trás", comenta. Ao mesmo tempo o crescimento das despesas de pessoal, que são de natureza obrigatória e permanente, mostram o efeito rápido dos reajustes salariais concedidos este ano, afirma Leal de Barros.

A contenção anterior de despesas, que também ajudou o quadro fiscal dos Estados, teve grande contribuição da Lei Complementar 173/2020, que limitou contratações e reajustes a servidores até o fim de 2021. Ele prevê que a pressão por reajuste para servidores será forte no primeiro ano de mandato dos governadores eleitos.

Vários Estados, como Rio e São Paulo, já dão sinais nesse sentido, com as assembleias legislativas já tendo aprovado reajustes salariais para o próximo governo. Ele também cita como "precedente perigoso" a Emenda Constitucional 127/2022, que estabeleceu o novo da enfermagem e flexibiliza a contabilização desse reajuste nos limites para despesa de pessoal previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

"Ficará para os novos governadores uma herança complicada, se combinada desoneração do ICMS com folha salarial corrigida. Certamente cortarão investimentos", avalia José Roberto Afonso, professor da Universidade de Lisboa e do Instituto Brasileiro de Direito Público (IBDP).

Os relatórios fiscais mostram investimentos somados de R\$ 63,6

tos seguem o antigo, famoso e esperado ciclo eleitoral. Disparam no ano da eleição, com uma taxa bem alta no agregado. Mesmo assim não chega a 10% do que se gastou com despesa corrente, embora seja um resultado muito melhor que o da União", diz Afonso.

O dado do investimento é importante também quando se olha para as despesas correntes, diz Leal de Barros. "A reboque da elevação da arrecadação tributária houve aumento brutal de investimentos, que resultam em despesas obrigatórias ex-post", diz, referindo-se a gastos de custeio e de pessoal, gerados, por exemplo, por investimentos na construção de hospitais e escolas.

Os relatórios fiscais mostram também mudança de rumo nas receitas correntes, que no conjunto dos Estados alcançaram, de janeiro a outubro deste ano, total de R\$ 939,96 bilhões, com alta real de 6,3% em relação a igual período de 2021, em crescimento pouco abaixo dos 7,1% de avanço em 2021, na mesma comparação. A composição, porém, mudou. Além da arrecadação tributária, que caiu este ano após alta no ano passado, as transferências correntes também inverteram o comportamento.

Ao contrário da arrecadação de impostos, taxas e contribuições, a evolução das transferências correntes foi mais favorável aos Estados neste ano. Essas receitas, que incluem os repasses federais do Fundo de Participação dos Estados

do, em igual critério. Com efeito heterogêneo, o quadro favoreceu os Estados mais dependentes dos repasses de FPE. Mesmo no agregado, porém, os recursos de transferências correntes não representam nem metade da receita com recolhimento de tributos, destaca Afonso.

A queda de arrecadação dos Estados em 2022 é creditada às mudanças no ICMS, principalmente às mudanças resultantes da Lei Complementar (LC) 194/2022. A classificação de combustíveis, energia elétrica e telecomunicações como itens essenciais resultou na redução da alíquota do ICMS aplicado sobre esses setores que, juntos, representam cerca de 30% da receita com o imposto. O ICMS é o mais importante tributo da arrecadação própria dos governos estaduais.

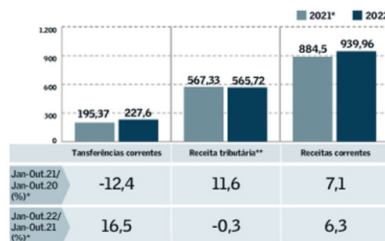
Renê Garcia, secretário de Fazenda do Paraná, lembra que as leis trouxeram mudanças de caráter permanente para tentar combater a inflação, com impactos expressivos sobre a receita dos Estados. Estudo do secretário em conjunto com Tomaz Leal, assessor econômico da Fazenda paranaense, mostra que a arrecadação do ICMS nos três setores afetados caiu 30,6% reais de agosto a outubro deste ano em relação a iguais meses do ano passado. Publicada ao fim de junho, a LC 194/2022 teve efeito cheio na arrecadação dos Estados a partir agosto.

Considerando, entre outros fatores, que os impactos da LC 194 podem chegar a R\$ 80 bilhões na arrecadação total de ICMS em 2023, o resultado primário no agregado dos Estados deve ser negativo. Segundo o estudo, aponta Renê, o conjunto dos Estados deve ter déficit primário de R\$ 36,3 bilhões e déficit orçamentário de R\$ 50,05 bilhões no ano que vem. No acumulado de 12 meses até agosto de 2022 o superávit primário dos Estados alcançou R\$ 46 bilhões e o orçamentário, R\$ 44,2 bilhões, mostra o levantamento.

Em boletim divulgado na segunda quinzena de dezembro pela XP Investimentos, os economistas Tatiana Nogueira e Tiago Sbardelotto apontam que a manutenção da atual limitação de alíquotas do ICMS deve produzir um impacto de R\$ 55 bilhões sobre as receitas dos Estados no ano que vem. Se houver avanço para reconhecer a gasolina como um item não essencial, os Estados po-

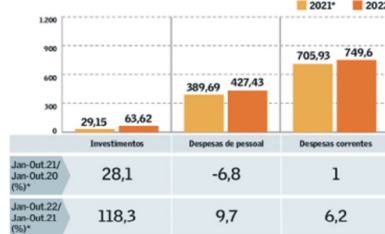
Mudança de receita

Valores de janeiro a outubro no conjunto dos Estados - em R\$ bilhões



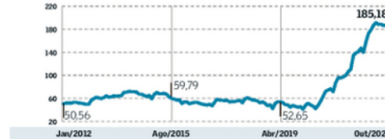
Gastos com pessoal avançam

Despesas liquidadas de janeiro a outubro no conjunto dos Estados - em R\$ bilhões



Cofres cheios

Disponibilidade de caixa dos Estados e DF - em R\$ bilhões



Fontes: Banco Central, para dados de caixa; STN/Sicofi, para receitas e despesas, com dados extraídos em 24/12/2022. *Dados atualizados pelo IPCA acumulado em 12 meses. **Considera impostos, taxas e contribuições sociais.

O assunto ainda está em discussão em comissão especial no Supremo Tribunal Federal (STF).

Para o ano que vem ainda há a incerteza sobre a continuidade da compensação das perdas de receita com a limitação de alíquotas de ICMS. Em São Paulo as perdas são calculadas pela Fazenda estadual em R\$ 13 bilhões anuais, com parte que vem sendo compensada com abatimento no serviço da dívida com a União na parcela que excede redução de 5% em termos reais contra mesmo período de 2021. Essa compensação, porém, termina em dezembro de 2022.

Na ação que mantém no STF sobre o assunto, o governo paulista pediu a continuidade da compensação em 2023 e a eliminação da trava de 5%. O tema, porém, ainda não foi decidido.

Outro indicador muito discutido no decorrer de 2022, a disponibilidade de caixa dos Estados, que atingiu recorde de R\$ 191,4 bilhões em maio, também dá sinais de redução de saldo, embora deva garantir cofres

em R\$ 185,2 bilhões, valor mais de R\$ 40 bilhões superior ao da disponibilidade em outubro de 2021. Os dados são do Banco Central (BC). Representantes de Estados destacam, porém, que parte desse caixa não representa disponibilidade concreta, porque está comprometida com gastos de curto prazo, entre outros.

Em entrevista coletiva no dia 22, Felipe Salto, secretário de Fazenda do Estado de São Paulo na gestão do governo Rodrigo Garcia, que se encerra em 2022, destacou o valor em caixa de R\$ 86 bilhões, o que significa uma disponibilidade imediata atual de R\$ 33 bilhões. Segundo Salto, é uma reserva que poderá ser utilizada no próximo governo. Ele lembra que a proposta orçamentária enviada à Assembleia Legislativa pelo governo estadual foi elaborada em setembro e a receita a ser realizada em 2023 pode ficar menor que a projetada na peça, com incerteza que pode enjugar uma condução mais conservadora. Ele lembrou ainda que os

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Brasil **Caderno:** A **Página:** 5